

# **Leitura Histórica do Processo de Apropriação do Território – um estudo no município de Magé - RJ\***

Rodrigo Monteiro Jenkins de Lemos  
IBGE/ENCE

Palavras-chave: território, povoamento, história, ambiente.

## **1- INTRODUÇÃO**

Os ecossistemas apresentam um equilíbrio baseado na interdependência de seus elementos. Na zona intertropical, uma maior complexidade dos sistemas ecológicos implicará na sua maior estabilidade (ODUM, 1988, p. 31). No entanto, a ocupação do território e conseqüente utilização dos recursos naturais, provocam alterações que conduzem a uma nova situação de equilíbrio. Essa nova situação, ou a tentativa de seu atingimento, apóia-se em eventos que podem se processar, muitas vezes, de formas catastróficas, em virtude das características físicas desse território.

Dessa forma, observaram-se grandes transformações e alterações nos ecossistemas naturais, no entorno da Baía de Guanabara, a partir de sua apropriação. A própria inserção do Brasil na economia-mundo e sua operacionalização, ao longo de cinco séculos, determinará o nível dessas transformações.

Segundo BECKER (1994), “Ao longo das diferentes fases da incorporação do Brasil na economia-mundo, a sua economia política apresentou três padrões: o de colônia, o de império mercantil e o de capitalismo industrial periférico. Estes três padrões se estendem desde os primeiros assentamentos portugueses até a formação do Estado moderno e a industrialização.” (p. 37)

Tendo isto, assume-se a necessidade de compreender o processo de apropriação do território correspondente ao atual Município de Magé, o qual, apesar de poucas vezes citado, estando situado tão próximo ao Rio de Janeiro, além de apresentar uma

---

\* Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

localização estratégica, ao fundo da grande baía, sempre experimentou alterações relevantes em todas as fases supracitadas.

Essa compreensão revela-se de suma importância para que se possam vislumbrar as alterações decorrentes da erradicação dos ecossistemas naturais, pois, após cinco séculos de exploração nas suas diversas formas, pouco da vegetação original da área de estudo ainda resiste. As alterações impostas pela ação antrópica conduziram a um cenário muito diferente daquele encontrado pelos “colonizadores” europeus, quase cinco séculos atrás. Apesar de reconhecer-se que, mesmo antes da chegada de franceses e portugueses, já existia um manejo dos recursos ambientais, realizado pelos povos indígenas, tem-se em mente que o nível de pressão sobre os ecossistemas era infinitamente menor. Mesmo realizando derrubadas sazonais de pequenos trechos de terras baixas, onde realizavam alguma agricultura, plantando *e.g.* mandioca, os mesmos eram abandonados pouco tempo depois, permitindo à floresta recuperar-se.

A entrada da visão mercantilista não permitirá que se aproprie dos recursos naturais de uma maneira menos agressiva aos ecossistemas da colônia. Desde a extração do pau-brasil que, em virtude de desenvolver-se sem nenhum método que pudesse garantir a sua conservação, segundo PRADO JÚNIOR “(...) não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira.” (1998, p. 25), até as culturas voltadas para a exportação, fundadas no latifúndio monocultor, devastadoras de largas áreas, pouca atenção se deu à preservação dos ecossistemas brasileiros como um todo e, particularmente, do território do atual Município de Magé.

O esclarecimento atual sobre o assunto deriva de estudos empreendidos por pesquisadores de vários setores do conhecimento, na área em que ora estuda-se, ou em áreas de estudo análogas, como outros ambientes estuarinos, que permitam inferências e comparações.

### 1.1: METODOLOGIA:

Para a consecução do objetivo deste trabalho, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, inicialmente com a intenção de determinar o quadro atual do território municipal, e,

principalmente, as formas de inserção deste no cenário nacional, em três momentos principais: Séculos XVI, XVII – XVIII e XIX.

## 1.2: SITUAÇÃO ATUAL:

O território do atual Município de Magé localiza-se ao fundo da Baía de Guanabara, totalmente inserido em sua bacia hidrográfica, apresentando como características físicas um relevo dominado, ao norte, pela presença da escarpa da Serra do Mar, que se impõe pelo aspecto majestoso. É nesse relevo que nascem os rios que atravessam seu território, caracterizando-se por serem cursos de curta extensão e por, ao deixarem o relevo mais abrupto, perderem rapidamente sua energia cinética, levando-os, originalmente, a descreverem meandros próximos à sua foz. Os principais rios que cortam o Município são: o Estrela-Inhomirim, o Suruí, o Iriri e o Magé.

Na faixa central do território municipal, observa-se a ocorrência de um relevo mais dissecado, de geologia pré-cambriana (granito suruí), representado por blocos isolados de rochas (formando colinas) e por duas pequenas serras mais contínuas que, de certa forma, dividem as drenagens. É de se notar que essa parte da orla do fundo da baía é a única em que o embasamento cristalino chega até o litoral (AMADOR, 1997).

Quanto aos solos, predominam os hidromórficos e latossolos, característicos da Baixada da Guanabara. A cobertura vegetal original apresentava as fisionomias associadas ao bioma Mata Atlântica. Observavam-se manguezais nas fozes dos rios, restando ainda ocorrências no rio Estrela, sem, contudo, a pujança original. A leste da foz do Estrela situam-se as únicas praias arenosas do fundo da baía, Ipiranga, Mauá e Anil, no distrito de Guia de Pacobaíba.

Política e administrativamente, o Município de Magé, situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, compõe-se, além do distrito-sede, pelos distritos de Santo Aleixo, Suruí, Guia de Pacobaíba e Vila Inhomirim. Após a emancipação do distrito de Guapimirim, ocorrida através da Lei nº 1772, de 21/12/1990 (COSTA ABREU, *op. cit.*, p. 220), seu território foi quase reduzido pela metade. O atual Município de Magé conta com uma área total de 386,6 km<sup>2</sup>. Sua população chega aos 183.113 habitantes, com predomínio da população urbana (171.420 habitantes) sobre a rural (11.693 habitantes) (CIDE, 1997). De seus distritos, o mais populoso não é a sede

municipal, mas o distrito de Vila Inhomirim, com 90.179 habitantes (*Id. Ibid.*), e que experimenta uma certa conurbação com o distrito de Imbariê, no município vizinho de Duque de Caxias.

No que tange aos remanescentes de sua cobertura vegetal original, percebe-se em seu território que a topografia foi de grande importância em sua manutenção. Tendo sido apropriadas com o intento de abrigarem culturas voltadas para a exportação, de maneira bastante ampla, as terras de Magé experimentaram a supressão de toda a sua vegetação correspondente aos ecossistemas de terras baixas da floresta ombrófila densa, bem como do impacto bastante severo nas matas ribeirinhas e nas de pântanos, para o estabelecimento tanto do acesso aos rios quanto da produção dos engenhos da região.

O estabelecimento da Estrada do Comércio, sobre a antiga Variante do Proença, e sua importância como porta de entrada para o interior do país, percebida a partir do material bibliográfico pesquisado, bem como das propriedades e casas de comércio que se estabeleceram a partir da mesma, motivaram sucessivos avanços sobre a vegetação nativa. Posteriormente, os empreendimentos que ali se instalaram, como a primeira estrada de ferro e as fábricas de tecidos, que procuravam a força hidráulica dos rios, ajudaram a tecer um quadro de degradação ambiental no Município.

Entretanto, a própria expansão das atividades agrícolas implementadas, localizadas preferencialmente nos interflúvios, poupou a vegetação que se situa em topografia mais acidentada. Dessa forma, o quadro natural do território municipal foi pródigo por apresentar, na forma de pequenas serras e morros, áreas onde a vegetação, por experimentar um impacto menos intenso, teve maior capacidade de regeneração.

O crescimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ao longo do Século XX, vai também constituir fator de importância, em relação ao aumento dessa degradação. Superando a RMRJ, que no período 1940-1996 passa de 2.231.527 para 10.192.097 habitantes, um crescimento de cerca de 357%, observa-se, para o mesmo período no Município de Magé um salto de 19.627 para 183.113 habitantes, o que equivale a um incremento de, aproximadamente 833%. Percebe-se que o crescimento relativo da população residente, no Município de Magé, supera o da RMRJ em mais que o dobro (2,33 vezes) (CIDE, *op. cit.*).

Esse aumento populacional apresentou seu ápice entre as décadas de 60 e 70, período correspondente ao de intensa migração para o sudeste brasileiro e Milagre

Econômico. Realizou-se, contudo, sem o devido acompanhamento da oferta de infraestrutura. Assim sendo, o crescimento populacional dos municípios localizados na periferia do Rio de Janeiro, que se deu sem o acompanhamento da oferta de infraestrutura urbana, vem também constituir um fator de degradação ambiental, tanto sobre áreas já arrasadas, quanto em direção aos remanescentes florestais. (CAMARGO *in*: Rúbio *et al.*, 1992, p. 143).

## **2- HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO**

### 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA (SÉC XVI):

O processo de expulsão dos invasores franceses do Rio de Janeiro, iniciado em 1565, possibilitou a ocupação sistemática das terras da Guanabara, a partir da fundação da Cidade de São Sebastião. A apropriação das terras nas proximidades do núcleo de ocupação, representado pela cidade recém-fundada, se baseou nas necessidades por ela determinadas. O estabelecimento de uma ocupação nos moldes coloniais demandou a integração de uma vasta área, em torno do seu centro original, principalmente no que tange ao abastecimento necessário à sua subsistência.

No caso do Rio de Janeiro, a situação de seu sítio determinou mais ainda esse modelo, uma vez que o local para onde Mem de Sá transferiu o núcleo primitivo da cidade de São Sebastião, o morro de São Januário, despontava, juntamente com os morros de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição, como um arquipélago em meio às áreas pantanosas que caracterizavam, àquela época, o atual centro carioca. Dessa forma, buscaram-se outros locais onde fosse possível desenvolver culturas voltadas tanto para o consumo citadino, quanto para o comércio da metrópole portuguesa (AMADOR, 1997, p. 251).

Todo o entorno da grande baía, que já havia ingressado no circuito da exploração econômica como fornecedora de pau-brasil, passou a ser objeto de concessões de terras, onde, principalmente, procurou-se introduzir a cultura da cana-de-açúcar, diretriz para toda a colônia, e cujo subproduto teria um alto valor no mercado europeu. Assim sendo, observa-se a origem do latifúndio em nosso país, baseado, além da ambição dos colonizadores, desejando antes serem grandes proprietários do que modestos

camponeses, na própria característica da cultura canavieira, que só se presta, economicamente, em grandes extensões de terras (PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 33).

O surgimento dos primeiros estabelecimentos agrícolas é, então, caracterizado pela necessidade de se defender o território, somada à produção do açúcar. Essa foi a fórmula encontrada para viabilizar a ocupação da colônia. Para sua efetivação, lançou-se mão do expediente das capitânicas, já tratado na seção anterior. Apesar do seu fracasso, no que tange à efetiva ocupação e defesa do território, a mesma estratégia de repasse da responsabilidade da colonização a particulares seria adotada pelo Governo-Geral, em escala muito menor, na distribuição de sesmarias. Segundo BECKER (1994), “No início da colonização a legislação relativa à propriedade de terra estava baseada na política rural de Portugal. A terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei, como domínio da Coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo os méritos dos pretendentes e os serviços por eles prestados à Coroa.” (p. 41)

A apropriação do território do entorno da Baía de Guanabara, pelo elemento colonizador, processou-se, então, às expensas de seus ecossistemas naturais. As especificidades originais locais se contrapuseram ao aproveitamento econômico pretendido. Suas áreas marginais eram quase totalmente cobertas por manguezais; à retaguarda das restingas, dezenas de lagunas e brejos alinhavam-se (AMADOR, *op. cit.*, p. 215). Os cursos d’água, que descreviam meandros antes de desaguardem no mar, eram também orlados por vegetação de mangue, fazendo com que os estabelecimentos agrícolas procurassem os interflúvios, onde predominava uma vegetação fechada.

A consecução do projeto econômico demandaria, como já observado, grandes áreas onde se pudesse plantar a cana-de-açúcar, principalmente, e culturas de subsistência, que, segundo PRADO JÚNIOR (*op. cit.*, p. 43) serão adquiridas da observação dos índios, particularmente cabendo à mandioca transformar-se “(...)[n]a base da alimentação vegetal da colônia, (...)[sendo cultivada] em toda parte”. Com isso, percebe-se que não houve o menor escrúpulo na supressão da vegetação, para que, em seu lugar, se pudesse implantar a monocultura.

Nessa primeira fase de apropriação do território brasileiro, como um todo, e fluminense em particular, tem-se que “a propriedade monoprodutora escravista de grande escala foi a célula de toda a estrutura colonial determinando o conjunto das relações sociais e a exploração extensiva e especuladora dos recursos naturais”

(BECKER, *op. cit.*, p. 50). Além de extensiva na utilização de terras, essa “propriedade monoprodutora” também o era na utilização de mão-de-obra e, na mesma medida em que comprometeu vastas áreas, introduziu a escravidão, inicialmente do índio e posteriormente do negro africano, como solução para sua demanda.

Essa propriedade vai ter seu elemento central no engenho, local onde se realizava o fabrico do açúcar. As próprias palavras vão se confundir, tomando-se esta por aquela. Vários canaviais, muitas vezes de proprietários diferentes, vão fornecer matéria-prima para ser beneficiada em um engenho específico (PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 37).

O estabelecimento da grande propriedade açucareira vai determinar um alto nível de impacto aos ecossistemas do entorno da Baía de Guanabara, pois além das áreas desmatadas para a introdução da monocultura e da subsistência, outras tantas se faziam necessárias para o pasto dos animais de trabalho e para o fornecimento de lenha aos engenhos e às construções (*Id. Ibid.*, p. 38).

A inserção da cultura da cana-de-açúcar, com o estabelecimento de unidades produtivas, engendrou o surgimento de núcleos que viriam, posteriormente, a transformar-se em cidades. Esses núcleos fundaram-se na necessidade do transporte da produção agrária e açucareira para o mercado consumidor do Rio de Janeiro. Dessa forma, enquanto os engenhos buscavam áreas menos alagáveis, onde pudessem plantar os canaviais e as culturas de suporte, as cidades desenvolveram-se nas imediações dos portos fluviais, drenando para si a produção dos mesmos. Contudo, a origem de toda a ocupação que se desenvolveu ao redor da grande baía, determinou-se pelas imposições de sua sistematização.

Faz-se necessário colocar que tendo sido a segurança o motivo da transferência do núcleo urbano da cidade para o Morro do Castelo e restringindo-se ao cume deste toda a população, em virtude do mesmo imperativo, áreas mais próximas foram inicialmente aproveitadas para os estabelecimentos agrícolas. Segundo BERNARDES (1987), “Se do alto do morro do Castelo a povoação controlava a entrada da barra, ela também dominava o interior da baía, onde logo se distribuíram as primeiras sesmarias e se fundaram os primeiros engenhos. Para a ocupação e o aproveitamento desse amplo *arrière pays* a que corresponde a baixada, a Guanabara contribuiu de modo decisivo, pois era a via de acesso natural para esse recôncavo, toda a circulação se fazendo através de suas águas e dos baixos cursos de seus tributários.” (p. 26)

Assim sendo, encontra-se a origem do núcleo primitivo de Magé na Sesmaria doada a Simão da Mota pelo Governador-Geral Mem de Sá, em virtude dos serviços prestados na defesa da Cidade (do Rio de Janeiro) durante a campanha de expulsão dos invasores (COSTA ABREU, *op. cit.*, p. 56).

Está claro que este modelo de apropriação do meio natural, tanto para a ocupação defensiva quanto para a produtiva, foi determinado pelo paradigma mercantilista. As plantations litorâneas transformam-se, dessa forma, nas células fundamentais da estrutura econômica e social da colônia (BECKER, *op. cit.*, p. 42), não sendo diferente para a região do Recôncavo da Guanabara.

O aumento populacional na Cidade de São Sebastião conduzirá o processo de ocupação das áreas pantanosas, localizadas no sopé do morro de São Januário, através do seu aterramento, utilizando-se como apoio a restinga que o unia ao morro de São Bento e que viria a se constituir na primeira rua da cidade: a rua Direita, atual 1º de Março (AMADOR, *op. cit.*, pp. 251-252). Na praia localizava-se o cais que viria a receber a produção das terras doadas: açúcar, para a exportação, e farinha de mandioca, para o consumo interno, passando a cidade a funcionar como entreposto comercial entre a área produtora e a metrópole européia.

Efetivamente toda a comunicação e o transporte com e a partir do núcleo da cidade beneficiava-se da presença da grande baía, principalmente no que tange ao escoamento da produção das terras do seu entorno. Essa situação, determinada pela dificuldade de deslocamento nas terras de todo o recôncavo, faz com que um caráter centralizador seja estabelecido no relacionamento com as áreas agrícolas “(...) de tal modo que, por muito tempo, o Rio de Janeiro concentrou toda a atividade urbana e nenhum outro aglomerado se desenvolveu, até o fim do século XVII, na área agrícola do Recôncavo e tampouco na área oriental da baía (...)” (BERNARDES, *op. cit.*, p. 26).

Entretanto, apesar de nenhum outro núcleo urbano relevante equiparar-se a importância do Rio de Janeiro, ao longo de um século, os rios da baixada, que facultavam o acesso às terras e o transporte de sua produção, seriam os baluartes da destruição de seus ecossistemas.

Por representarem vias de acesso naturais às áreas de produção, os cursos d'água principais abrigariam portos que iriam funcionar como pontos de convergência da produção de uma determinada área, possibilitando o transporte da mesma para o Porto

do Rio de Janeiro. Esses portos, que fomentariam em suas imediações uma ocupação muito incipiente, seriam os embriões de diversas cidades atuais.

Encontramos em FUNDREM (1984, p. 18), que “(...) a história das vilas do Recôncavo não pode ser compreendida senão num contexto que englobe o processo de desenvolvimento do sistema agrário explorador: supriam o Rio de Janeiro de gêneros básicos e mantinham portos fluviais que intermediavam as mercadorias do interior para a cidade e vice-versa, e produziam o principal produto de exportação, o açúcar.”

TEIXEIRA (1964) *apud* AMADOR (*op. cit.*, p. 260) refere-se às ocupações que orlavam a Baía de Guanabara, no século XVII, citando Aguassu (*sic*) como a origem do Município de Magé, onde Simão da Mota teria criado uma povoação, sobre o Morro da Piedade, a qual, segundo COSTA ABREU (*op. cit.*, p. 56), teria sido transferida “para o sítio denominado ‘Magé-mirim’” e que “é a origem da cidade de Magé”. Ainda conforme TEIXEIRA (*Ibid.*, p. 260) “Esta povoação teve grande importância no desenvolvimento da região, graças ao porto que foi construído destinado ao embarque e desembarque de pessoas e mercadorias (...)”.

## 2.2 INSERÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL NA ECONOMIA COLONIAL (SÉC. XVII E XVIII):

Consolidada a ocupação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, através da exploração da lavoura canavieira, que era desenvolvida em inúmeros pontos do Recôncavo, o século XVII vai assistir a sua crescente valorização como porto de açúcar e cidade comercial que, inserida no pacto colonial, exportava, além do valioso produto, matérias-primas e gêneros tropicais para a metrópole portuguesa (e através dela para os mercados da Europa), importando produtos manufaturados, cuja diferença de valor em relação aos primeiros fazia a balança pender favoravelmente para Portugal, logo também para os banqueiros flamengos, que financiavam essa empresa mercantil. Segundo BERNARDES “Até o início do século XVIII era esse papel de porto de açúcar a base de sua riqueza nascente e a principal atividade do Rio de Janeiro, tendo sobrepujado a função militar original” (*op. cit.*, p. 26).

Era de tal forma a produção de açúcar na colônia, naquela época, que as culturas de subsistência eram colocadas em segundo plano. Esse fato conduzia a uma situação de

insuficiência alimentar, principalmente num núcleo de povoamento mais denso como o Rio de Janeiro (PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 43).

Dentro desse cenário, todos os estabelecimentos localizados na Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara encontravam-se vinculados à monocultura canavieira, cuja expansão, segundo AMADOR (*op. cit.*, p. 261) “Seguindo do litoral em direção aos contrafortes da Serra do Mar,(...) foi responsável, já nos primeiros séculos de colonização (séculos XVI, XVII e XVIII) pelo desmatamento da região da Baixada.”

A magnitude da devastação, causada pela cultura da cana-de-açúcar, pode-se avaliar, pois “Na Província do Rio de Janeiro, um grande inimigo da cana-de-açúcar era a formiga que precisava ser constantemente controlada. Após três anos os pés de cana-de-açúcar deviam ser arrancados com as raízes e queimados, a cinza podia ser usada como adubo e o solo aproveitado para semear milho, feijão e plantar mandioca. Em seguida o solo era deixado sem cultivo e fazia-se outra plantação de mandioca mais adiante.” (LOBO, 1978, p. 105).

A região correspondente ao atual território do Município de Magé situava-se, então, totalmente inserida na realidade mercantilista da época, realizando-se em suas terras, divididas em sesmarias, a monocultura. A partir de então, nota-se a consolidação do domínio sobre o meio natural através do aparecimento das Freguesias, cujas criações provinham das iniciativas dos latifundiários em doar “algumas braças de terra para a construção de uma capela”, para que a mesma servisse à população da sua propriedade (FUNDREM *apud* FUNDREM, *op. cit.*, p. 17). No final do século XVII (1696) o povoado surgido nas imediações da igreja velha de Nossa Senhora da Piedade (1650) originou a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. A ela, somou-se dois anos mais tarde (1698) a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim.

Os portos dessas freguesias, que sofreram um processo de interiorização a montante dos cursos d’água, em busca de melhores condições de embarque, localizados respectivamente nas margens dos rios Magé-Mirim e Inhomirim drenavam, juntamente com os portos de São Nicolau do Suruí, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, cujas freguesias só seriam criadas ao longo do ano de 1755 (COSTA ABREU *op. cit.*, p. 199), e Estrela a produção das terras localizadas entre o fundo da Baía de Guanabara e a escarpa das Serras da Estrela e dos Órgãos. Das quatro freguesias, apenas a de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba não experimentou a interiorização de seu porto, uma vez

que o mesmo localizou-se na orla da baía, estando mais relacionado à atividade pesqueira.

Apesar das dificuldades, com relação ao meio natural, já se observa, no final do século XVII, a preocupação de efetuar a transposição do obstáculo natural representado pela Serra do Mar. Em 1683, Garcia Pais, proprietário de terras estabelecido às margens do Rio Paraíba do Sul, em localidade de mesmo nome, inicia a abertura do “Caminho Novo” que, passando por Paty do Alferes, ligava aquelas paragens ao Porto de Pilar, no Rio Iguaçu. Contudo, esse caminho, que se encontrava aberto já em 1700, apresentava grandes dificuldades, devidas principalmente à travessia, bastante penosa, de duas serras: a da Manga Larga e a do Coito (LAMEGO, 1964, p. 186).

Não obstante, novidades do final do século XVII (1696) iriam modificar todo o arranjo da colônia. Por esta época são realizadas as primeiras descobertas “(...) de ouro no centro do que hoje constitui o Estado de Minas Gerais (...)” (PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 57) e cuja produção viria a ser escoada, também, por esse “Caminho Novo”.

A partir desse fato, observa-se um afluxo populacional, com direção às áreas citadas, acompanhado também por todo o aparato político e administrativo para que se fizesse valer as determinações da coroa, relativas à exploração do valioso metal. Como consequência direta, tem-se “(...) o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia)”, inclusive com a transferência da capital, antes Salvador, para o Rio de Janeiro, efetivada em 1763 (*Id. Ibid.*, p. 64).

As dificuldades encontradas no percurso do caminho aberto por Garcia Pais encorajaram o Sargento-Mor Bernardo Soares Proença a “se oferecer para, por conta própria, abrir uma outra via de acesso às Minas Gerais (...)”, o que se deu em 1721. O caminho ficou conhecido por “Variante do Proença” e economizava 4 dias de viagem, sendo mais seguro que o “Caminho Novo”. Dessa forma, passa a ser preferido pelas tropas de burros que, através da Serra da Estrela, demandam o Porto da Estrela, às margens do Rio Inhomirim (LAMEGO, *op. cit.*, p. 186).

A descoberta de ouro nas Minas Gerais, trará uma nova forma de percepção sobre o território do atual município de Magé, que passa a figurar não apenas como uma região de canaviais, mas também como a porta de entrada para os caminhos do ouro.

É nesse contexto de importância que emerge a localidade de Porto da Estrela, “(...) situada à margem direita do rio Inhomirim, quase na junção com o Saracuruna, cujas águas formam o rio Estrela, e desaguadouro no litoral norte da baía de Guanabara (...)” que viria a ser “(...) um dos principais e mais ativos portos do território fluminense (...)” até meados do século XIX, onde além do escoamento da produção das Gerais, registrava-se o embarque de “(...) milhares de metros cúbicos de madeiras nobres, outros milhares de caixas de açúcar e pipas de aguardente (...)”, durante esse período, e também se constituindo em “um verdadeiro empório de atendimento às necessidades das populações litorâneas, ribeirinhas e interioranas” (COSTA ABREU, *op. cit.*, p. 232).

O ciclo da mineração na colônia causou efeitos nos arranjos políticos, populacionais e também na apropriação dos meios naturais do entorno da Guanabara. Segundo PRADO JÚNIOR, “A mineração teve na vida da colônia um grande papel. Durante três quartos de século ocupou a maior parte das atenções do país, e desenvolveu-se à custa da decadência das demais atividades.” (*op. cit.*, p. 64).

Mesmo levando-se em conta a referida decadência das demais atividades, percebe-se que, apesar da relativa escassez de mão-de-obra escrava, grandemente deslocada para a região das minas, algumas formas de produção permanecem e, dentre elas, a monocultura canavieira.

“Essa função de porto a serviço da produção açucareira do recôncavo da Guanabara perdurou até o colapso dessa economia, já no século XIX. Mesmo depois da descoberta das Minas e da abertura do Caminho Novo de Garcia Rodrigues Pais não deixou o Rio de Janeiro de ser um grande porto de açúcar.” (BERNARDES, *op. cit.*, p. 27).

No entanto, o surto da produção aurífera entra em decadência e seus efeitos já começam a se fazer sentir desde meados do século XVIII. A transferência do aparato político e administrativo da colônia para o Rio de Janeiro, apesar de já inserida no momento histórico do declínio da atividade que a determinou, teve também outras implicações, dentre as quais o fortalecimento do caráter comercial da cidade, caráter este que já era determinado pelo modelo de convergência da produção de uma vasta área, representada pela bacia hidrográfica da Baía, imposto pela inserção dos territórios coloniais no modelo mercantilista de exploração (LOBO, *op. cit.*, p. 19).

Com tudo isso, o modelo de apropriação do território, correspondente ao atual Município de Magé, pouco se altera ao longo do século XVIII, durante o ciclo da mineração, permanecendo fundado na grande propriedade monocultora que, situada nos interflúvios determinava a supressão da vegetação florestal e relacionava-se, diretamente, com os portos situados às margens dos principais rios (Magé, Estrela-Inhomirim, Suruí), que, por sua vez, favoreciam o aparecimento de povoados nas suas imediações, conduzindo a destruição da vegetação ribeirinha.

### **3- RELATOS DE VIAJANTES (SÉC. XIX)**

O declínio da mineração no final do século XVIII favorecerá uma retomada da produção agrícola na faixa litorânea da colônia e, por excelência, no Entorno da Guanabara. Apesar de nunca haver desaparecido, esta recebe novo fôlego, com certeza em virtude da oferta de mão-de-obra escrava, regressada das minas.

O início do século XIX conduzirá, entretanto, alterações substanciais na política luso-brasileira, cujos reflexos se farão sentir em toda a colônia. Em 1808, a invasão de Portugal por tropas francesas determinará a transferência da Família Real Portuguesa e sua corte para o Rio de Janeiro. Com sua chegada, ocorre o primeiro incremento populacional considerável e o correspondente aumento no avanço sobre os recursos naturais (DRUMMOND, 1997, p. 215).

Esse impacto dar-se-á, de uma maneira mais imediata, no núcleo urbano da cidade, que recebe, repentinamente, uma comitiva real de 10.000 pessoas (PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 126). A abertura dos portos, findando o monopólio, base do pacto colonial, a elevação da colônia a Reino Unido e o estabelecimento do Rio de Janeiro como sede da Monarquia, “(...) o centro do Império português (...)”, são indicativos do novo direcionamento político que, apesar de não alterar a economia agrário-exportadora, contribuirá para o seu declínio, pois o domínio francês em Portugal e o bloqueio continental reduzirão bastante o comércio com a Europa (LOBO, *op. cit.*, p. 78).

Além de todas essas mudanças, a mesma autora (*op. cit.*, p. 99) chama a atenção ao desenvolvimento do comércio terrestre, para o qual o mais relevante eixo de comunicação constituir-se-á o Caminho do Proença que, macadamizado e regularizado,

transforma-se na Estrada Normal da Serra da Estrela, em meados do século XIX (SODRÉ *apud* LAMEGO, *op. cit.*, p. 192).

O surgimento dessa função comercial fomentará o desenvolvimento de freguesias, inseridas no atual território municipal, onde observa-se, mesmo que de forma incipiente, a diversificação de culturas.

“Na Província do Rio de Janeiro havia dois grandes centros de intercâmbio com a capital, Macacu e Magé. As exportações do primeiro se escoavam pelo Porto das Caixas e as do segundo pelo Porto de Estrela que também era o término da estrada do norte.(...) Magé ficava situada a três léguas de Macacu e a uma légua da Baía de Guanabara. Em torno de Magé se desenvolveram a quatro milhas a nordeste a Paróquia de Ajuda, a duas léguas a oeste a de São Nicolau e a sudeste as Paróquias de Nossa Senhora da Guia, de Nossa Senhora da Piedade e Inhumirim (*sic*) (...). Todas essas paróquias usavam, ao menos parcialmente, o Porto de Estrela para a exportação de feijão, farinha, milho, algum açúcar, arroz, pequena quantidade de café, banana, mandioca.” (LOBO, *op. cit.*, pp. 99-100).

A abertura dos portos e o estabelecimento da sede da Monarquia portuguesa no Brasil proporcionariam a presença de viajantes, de formação e intenções distintas daqueles colonizadores iniciais, interessados em empreender estudos e observações no Novo Mundo. Muitos deles, demandando as áreas interiores do país, produziram relatos sobre a área de estudo que, conforme referido anteriormente, era lindeira do principal caminho de acesso então utilizado.

O conhecimento de relatos dos viajantes que passaram pela região mostra-se extremamente relevante, uma vez que possibilitam reviver características ambientais do território municipal. Nesta parte transcrevem-se os trechos encontrados e que apresentam grande relevância para a reconstituição do cenário em estudo.

Empreendendo uma excursão de barco pela Baía, em 1816, o comerciante inglês John LUCOCK, afirma sobre o Rio Estrela, o qual, sendo formado pelos rios Inhomirim e Saracuruna, recebe o nome de um de seus formadores neste relato:

“O Inhomirim (*sic*) é um belo rio, de leito profundo e correnteza arrastada, por entre terras muito acidentadas e elevados blocos de rocha, separados uns dos outros, em vários casos, por vastos banhados. A-pesar-da (*sic*)

aparência desfavorável de suas margens e das dos seus muitos tributários, são elas todas bem cultivadas.” (LUCCOCK, 1978 [1820], p. 226).

E ainda:

“Na entrada do Inhomerim, à direita, acha-se um amontoado de rochedos desagregados que dão a idéia de terem sido arremessados de grande distância, caindo uns sobre os outros.” (*Id. Ibid.*, p. 226).

Nesta visão, tomada por um viajante procedente de outro continente, percebe-se a impressão “desfavorável” causada pelas margens pantanosas, ocupadas pela vegetação de mangue, e pelas áreas embrejadas e mal drenadas, certamente fruto de meandros abandonados, que não deveriam parecer convidativas ao desembarque. Na gravura de RUGENDAS, Rio Inhomerim (*sic*), pode-se notar, além da mesma denominação equivocada, a pujança da vegetação marginal e os contornos de pequenas colinas também cobertas de vegetação, mais desenvolvida, de estratos arbóreos. Ao fundo, notamos a Serra da Estrela. O amontoado de rochedos, ao qual refere-se o autor, dá conta de alguns degraus escalonados da Serra da Palha, bloco elevado, transversal ao território mageense, que representa o embasamento cristalino. Esses blocos serão responsáveis pelo ancoramento de praias arenosas nessa parte do litoral da baía (AMADOR, *op. cit.*, pp. 231-232).

Deslocando-se ao longo da costa do atual município de Magé, o viajante inglês descreve sua passagem ao largo de Nossa-Senhora-da-Guia, dirigindo-se, então, à foz do Suruí. Neste trecho, LUCCOCK cita apenas a sua passagem pela atual Guia de Pacobaíba, sem muitas referências, certamente por essa área de praias arenosas não ser tão surpreendente, apesar de, como lembra AMADOR (*op. cit.*, p. 232), este ser o único trecho com tais ocorrências, no fundo da baía. Já o Rio Suruí despertou a atenção do viajante, principalmente pela sua dificuldade de penetração e pelo espetáculo de se desenvolver por entre blocos cristalinos bem mais elevados, pertencentes à já referida Serra da Palha, estabelecendo um maior contraste com as margens pantanosas e cobertas pelos manguezais.

Posteriormente, tendo a oportunidade de galgar o cume de uma colina, pode relatar em sua observação, tomada de melhor ponto, a sucessão de colinas em meias-laranjas, representantes de um relevo mais dissecado pela ação da drenagem.

Prosseguindo sua excursão, LUCCOCK aproximou-se do Rio Irirí:

“O rio que a seguir encontramos em nossa rota foi o Irirí, (palavra que significa conchas), de cem jardas de largura na foz e mais piscoso do que é comum acontecer. Sua margem direita é, por alguma extensão, baixa, chata e lamacenta, consistindo de solo apropriado ao crescimento de mangue.” (*op. cit.*, p. 228).

E mais à frente:

“Em direção ao rio Magé, a costa baixa é cortada de taboa (*sic*) e mangue, o rio é amplo, embora somente navegável com maré alta. A vila é bem situada, na extremidade do terreno firme, a quatro milhas da baía. Possui (*sic*) várias ruas bem arrumadas, muitas casas de superior qualidade, um bom mercado de peixe e uma ótima igreja.” (*Id. Ibid.*, p. 230).

Nestes parágrafos percebem-se as impressões a respeito do Irirí e do Magé, rios cujas características são fielmente relatadas. Ao referir-se à margem direita do rio como apropriada ao mangue, seu relato encontra confirmação na Carta Geológica do Rio de Janeiro, folha Petrópolis (que engloba quase toda a totalidade do território do atual Município de Magé), onde se percebe, na margem esquerda do referido curso d’água (o ponto de vista de LUCCOCK era o de quem sobe o rio, portanto invertido) uma grande área de depósitos flúvio-marinhos. Quanto ao Rio Magé, através do referido mapeamento, percebe-se que sua foz desenvolve-se totalmente inserida em tais depósitos (DRM-RJ, 1972).

Já dos anos de 1817 e 1818, a análise será calcada nos relatos dos integrantes da Missão Austríaca, respectivamente, SPIX & MARTIUS e POHL.

Dizem Johann Baptist von SPIX e Carl Friederich Philipp von MARTIUS, naturalistas bávaros, dirigindo-se à propriedade do Cônsul-Geral russo von Langsdorff, a Fazenda da Mandioca:

“Clareando a madrugada, vimo-nos, finalmente, próximos de uma região muito baixa e pantanosa, com árvores de mangue, Avicenia, Conocarpus, e de outras pequenas árvores da beira-mar, por entre as quais o Inhumirim (*sic*), rio pouco importante, se lança de mansinho no mar.” (SPIX, 1981 [1823], p. 90).

O relato permite algumas considerações. Em virtude de uma “súbita parada do vento” os viajantes, que empreendiam a travessia da baía à tarde, para aproveitar a brisa marinha e a preamar, encontraram-se forçados a passar a noite na embarcação, cujo deslocamento se deu à força dos remos de escravos. Esse fato, na certa, não permitiu o mesmo tipo de impressão, quanto à entrada do Rio Estrela, que LUCCOCK, uma vez que, dia claro, já se encontravam em meio à vegetação marginal. Dessa forma, fica-lhes a impressão “de uma região muito baixa e pantanosa” (SPIX, 1981 [1823], p. 89). Em todos os relatos não se pode deixar de notar a forte impressão causada pelos Manguezais da Guanabara. A respeito dos mesmos, dizem:

“Grande parte da margem da baía está coberta de semelhantes bosques anfíbios, que se estendem profundamente pelo continente adentro, só onde este mal se eleva acima do nível do mar. Assim como o limite, a partir do qual a vegetação toma feição de determinadas florestas dos Alpes, tem os seus representantes próprios no reino da Flora, também o ponto onde cessam as formas mais baixas e vizinhas do mar, dando lugar à vegetação mais nobre, caracteriza-se por tipos próprios.” (*Id. Ibid.*, p. 90).

Após subirem o Rio Estrela até o porto homônimo, SPIX e MARTIUS tomaram o caminho por terra para a Fazenda da Mandioca. Ao longo desse caminho, dão interessante relato a respeito das características de áreas do atual território mageense:

“Em breve nos achamos num ambiente inteiramente novo. Cavagávamos (*sic*) por uma região baixa em estrada larga, entretanto não calçada, ladeada de arbustos os mais diversos, todos floridos; à nossa esquerda tínhamos uma serra coberta de densa mata virgem e à nossa frente uma com vegetação somente no sopé, mais alta, ligada com a anterior, (...). Também nessa estrada não encontramos, como antes, na vizinhança da cidade, nenhuma plantação nem fazenda, pois essas estão longe da estrada, nas brenhas; (...). Nas vargens (*sic*) [várzeas?], dá a cana-de-açúcar com incrível fertilidade, (...)” (*Id. Ibid.*, p. 92).

Mais à frente, já na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, através da qual se desenvolvia o caminho para Mandioca, sobre sedimentos quaternários correspondentes à formação caceribu (DRM, *op. cit.*) onde já não ocorrem manguezais, em virtude de seu afastamento das margens dos formadores do Inhomirim, investindo o

caminho pelos domínios das formações florestais, na transição entre terras baixas e submontana (RADAMBRASIL, *op. cit.*, p. 581):

“Em Piedade, um lugarejo que consta de diversas casas espalhadas e de uma capela, distante apenas uma milha de Porto da Estrela, saímos das cercas espessas ao longo da estrada [com certeza referindo-se à mata fechada], para uma planície verde limitada com jardins, roças e campos, (...). A estrada sobe pouco a pouco; quando ao anoitecer, depois de passarmos por cima de morretes com matagais, chegamos ao sopé da montanha, o guia hospitaleiro saudou-nos no seu próprio território. O Sr. von Lagsdorff havia apenas começado a cultivar esta fazenda, que tem a extensão considerável de mais de uma légua quadrada, mas que havia ficado inteiramente ao abandono.” (SPIX, 1981 [1823], pp. 92-93).

Johann Emanuel POHL, médico, mineralogista e botânico, natural da Bohemia, em 1818, no início de sua viagem, do Rio de Janeiro a São João Del Rey, ao demandar o Porto da Estrela, ponto de partida para a travessia da serra de mesmo nome, através do Caminho do Proença que, segundo LAMEGO (*op. cit.*, p. 186) já se encontrava aberto desde 1721, relata a respeito :

“(...) às onze horas, desembarcamos na foz do Rio Inhumirim (*sic*), que aqui tem 23 metros de largura, depois de ter viajado umas cinco léguas nesta grande baía, entre belas ilhas, em parte repletas de palmeiras. Ao chegar a maré baixa paramos numa pequena cabana, que tem o nome de Bonaparte. Aqui tivemos de esperar a subida da maré, que inclui no rio, para poder continuar a navegar. (...) O Rio Inhumirim nasce na Serra da Estrela; ao desaguar na baía, suas margens são muito pantanosas, mas cheias de plantas gigantescas, fetos arborescentes, altos juncos, canas-da-índia e plantas aquáticas (...)” (POHL, 1976 [1832], pp. 73-74).

Nesta parte do relato é interessante reparar na descrição da necessidade de se esperar a subida da maré, para que se pudesse seguir rio acima. Essa informação permite concluir que sua visita se deu durante o inverno e, além disso, confirma o alcance e a importância da maré, que, segundo POHL, “inclui no rio”.

Ainda descrevendo o caminho que ligava o Porto da Estrela à Fazenda da Mandioca, localizada próximo à atual Vila Inhomirim, revela os aspectos ambientais

pretéritos de um possível traçado que se desenvolvia sobre depósitos de várzea (DRM-RJ, 1972): “Este passava por areia inconsistente e charcos e, em ambos os casos, os animais atolavam-se até os joelhos.” (POHL, *op. cit.*, p. 74).

Charles James Fox BUNBURY, em seu livro “Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”, relata, no início de sua excursão pelo interior, sobre a raiz da Serra da Estrela, onde se iniciava o Caminho do Proença:

“(…) anoiteceu antes de alcançarmos a raiz da Serra da Estrela, como é chamada essa parte da grande cadeia de montanhas da costa. Essa, como a parte mais oriental da cadeia, que eu já tinha visitado antes, é coberta debaixo até quase o cume de gigantesca floresta; (...)” (*Id. Ibid.*, p. 52).

Nesse ponto, refere-se a uma transição da vegetação submontana para a montana, num ponto de cotas mais elevadas, comparando-a com outro ponto, por ele antes visitado, que corresponde não a uma “parte mais oriental da cadeia”, mas às encostas do Corcovado, na Serra da Carioca (*Id. Ibid.*, pp. 25-26).

Além dos relatos transcritos, observaram-se, ao longo do Século XIX, apropriações outras que, apesar de não encontrarem continuidade temporal, acarretaram modificações ao quadro natural daquele território.

Em 1831 o Imperador D. Pedro I transfere a fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas para as proximidades do Porto de Estrela, localizando-se a planta fabril ao sopé da serra, para que se aproveitasse a força hidráulica dos rios, sendo “(...) adquiridas, para suprir a fábrica, as Fazendas da Cordoaria, da Mandioca e do Velasco, ricas em mananciais e matas, além do terreno às margens do Rio Estrela” (FUNDREM, *op. cit.*, p. 19), no qual instalou-se um paiol. A produção dessa fábrica vai abastecer o Exército Imperial e seus aliados na Guerra do Paraguai, em 1865, sendo toda escoada por aquele porto.

Com uma importância crescente e prosperidade, advinda de sua posição privilegiada como porta de entrada para o interior do país e porto de convergência da produção de parte do Vale do Paraíba e do sul de Minas, estabelece-se pela Lei Provincial nº 397, de 20 de maio de 1846, a Vila da Estrela, municipalidade que assumiu as Freguesias de Inhomirim e Guia de Pacobaíba, desmembradas de Magé, Freguesia do Pilar, desmembrada de Iguaçu e o Curato de Petrópolis, desmembrado,

como Freguesia de São Pedro de Alcântara de Petrópolis, do Município de Paraíba do Sul (COSTA ABREU *op. cit.*, pp. 178, 232).

Contudo, em 1854, a ‘Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis’, do Barão de Mauá, detentora da concessão do serviço de vapores através da Baía de Guanabara e de uma Estrada de Ferro até Petrópolis, inaugura o primeiro trecho ferroviário brasileiro, de 15 km, entre o Porto de Mauá (Guia de Pacobaíba) e a localidade de Frágoso. Dois anos mais tarde (1856), os trilhos atingiram Raiz de Serra, criando um novo itinerário que competia com o utilizado pela “(...) Companhia de Navegação Niterói - Inhomirim (*sic*), cujos barcos dirigiam-se ao Porto de Estrela” (FUNDREM, *op. cit.*, p. 19); (ARBOS, 1946. p. 133).

Mesmo o novo itinerário, que privilegiou o Porto de Mauá em detrimento do Porto de Estrela, não foi capaz de manter a importância da região, em virtude da preferência dada pelo Governo Imperial no estabelecimento da Estrada de Ferro Pedro II, atual Central do Brasil, que, passando por Paulo de Frontin (1863), chegou a Três Rios em 1867, atingindo a margem do Paraíba do Sul e drenando para si toda a produção que poderia ser escoada pelo binômio Mauá - União e Indústria (ARBOS, *op. cit.* pp.133-134; FUNDREM, *op. cit.*, p.19).

Esses fatos conduziram à decadência da recém-criada municipalidade, que veio a ser extinta, já durante a República, pelo Decreto nº 01 de 08 de maio de 1892.

No terceiro quartel do Século XIX, seguindo o exemplo da Fábrica de Pólvora Estrela, situam-se no território do atual Município de Magé, em busca dos recursos necessários para o estabelecimento de empreendimentos industriais, outras fábricas, tais como a Fábrica das Andorinhas, em Santo Aleixo, e a Fábrica Pau Grande, em Inhomirim, que trazem consigo uma infra-estrutura, composta por arruamentos, vilas operárias e construção de prédios diversos para o atendimento dos funcionários e suas famílias, bem como destinação de áreas ao cultivo, que constitui impacto relevante à vegetação marginal de alto/médio curso dos rios da área de estudo.

#### 4- CONCLUSÃO

O processo de apropriação das áreas do entorno da Baía de Guanabara estabeleceu-se a partir das condicionantes político-econômicas citadas na Seção 2. Como visto, o mesmo revestiu-se de características extensivas quanto à supressão dos ecossistemas coloniais.

Essa prática, que se sedimentou na sociedade brasileira ao longo de cinco séculos, impôs-se ambigualmente, tanto quanto determinada por, como determinante de sua condição periférica no sistema econômico mundial. Nota-se que as atividades econômicas realizadas não se preocuparam com a adequação ambiental, sendo a terra, ao longo da história, encarada como mero cenário, sobre o qual procurou-se desenvolver atividades voltadas para um lucro rápido.

Mesmo as atividades contemporâneas, determinadas pelo processo de ocupação, decorrente do crescimento da Metrópole do Rio de Janeiro, que encontraram no território do atual Município de Magé sua localização, o fizeram sobre áreas muito modificadas, não atentando para suas exigências em prol da recuperação do equilíbrio ambiental.

Ao longo da pesquisa realizada pôde-se contemplar o processo de inserção do território correspondente ao atual Município de Magé no cenário econômico nacional. Pelo relato dos viajantes apresentado e pelo acompanhamento das variáveis populacionais, citadas na Introdução do presente trabalho, fica claro um crescimento significativo, e talvez até exagerado, da ocupação na região em estudo. O incremento relativo da densidade demográfica além do verificado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro sugere um impacto ambiental proporcionalmente maior do que o existente na capital do Estado, notadamente bastante relevante e preocupante.

Pelo processo de ocupação descrito em seu histórico, fica claro que este quadro foi historicamente determinado pela importância da cidade do Rio de Janeiro nos períodos colonial, imperial e republicano. Com a descoberta de ouro nas Minas Gerais e a conseqüente ampliação de sua importância para a economia nacional, tornou-se imprescindível o deslocamento da Capital da Colônia. Estando Magé, e em particular a localidade de Estrela, situada estrategicamente na porta de entrada para o interior, seu território ganhou relevância para garantir o escoamento da produção aurífera. O declínio desta atividade gerou novo fôlego ao plantio da monocultura extensiva da cana-de-

açúcar, que por 75 anos foi reduzido, porém não totalmente abandonado. Este cenário foi acompanhado de um aumento nas culturas de subsistência, tais como a mandioca, que reforçaram uma ocupação sem qualquer planejamento.

Desta forma, pode-se perceber que a apropriação do meio natural realizada pelo elemento colonizador se deu sem preocupações conservacionistas, em virtude da ótica utilitarista presente, desde o século XVI, nas políticas das metrópoles européias envolvidas no projeto das grandes descobertas.

No que tange à nossa área de estudo, a adoção de uma estratégia de ocupação inicial do território baseada em um modelo extensivo, como o da lavoura canieira, veio representar uma forte agressão aos seus ecossistemas naturais. A ocupação do território correspondente ao atual Município de Magé seguiu o exemplo da ocupação do entorno da Baía de Guanabara. Os agrupamentos populacionais, bem como os ciclos econômicos, aí desenvolvidos, encontraram uma região pouco apropriada à ocupação pretendida, onde formações pioneiras, sobre sedimentos quaternários, apresentavam-se pujantemente. Os sítios urbanos, originalmente preferidos, ao mostrarem-se insuficientes diante do crescimento demográfico, viriam a fomentar as primeiras alterações nos ecossistemas das planícies costeiras.

Seja por meio do aterro indiscriminado das áreas pantanosas ou supressão de formações florestais, o impacto gerado pelo modelo de apropriação do meio natural no território de Magé, conduziu a uma situação de baixíssima produtividade de seus solos, agravada pela utilização intensiva, durante ciclos econômicos monocultores.

Segundo a própria FEEMA (1990-91) *apud* SYDENSTRICKER (1993, pp. 84-85), na atualidade, percebe-se no Município de Magé os seguintes problemas ambientais:

1. Críticos:
  - Deficiência de sistemas de esgotamento sanitário
  - Degradação de áreas de preservação
  - Erosão do solo
  - Precárias condições de vida
  - Processo de desmatamento

- Favelização e sub-habitação
- Refúgios de fauna e flora ameaçados
- Riscos de acidentes
- Poluição das águas e das praias
- Vazamento e lançamento de óleo
- Mineração

## 2. Semicríticos:

- Deficiência de cobertura arbórea
- Vetores
- Agrotóxicos
- Resíduos sólidos

## 3. Em estado de alerta:

- Ocupação de encostas
- Loteamento em áreas frágeis
- Inundações e enchentes
- Deslizamentos
- Assoreamento e aterros de corpos d'água

Trabalhos como este vêm apenas ratificar o que foi evidenciado ao longo deste artigo. Percebe-se, dessa forma, que grande parte dos problemas que se apresentam no atual Município de Magé parece estar íntima e fortemente correlacionada ao ritmo e à forma de apropriação do seu território, que, por encontrar-se inserido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sofreu e ainda sofre uma grande pressão sobre seus recursos naturais. Ao longo do tempo histórico sobrepuseram-se diferentes formas de uso do solo que não respeitaram suas limitações, conduzindo assim a situações de risco para as aglomerações humanas presentes e futuras.

## BIBLIOGRAFIA

- AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza. Rio de Janeiro: E. S. Amador, 1997. 539p.
- ARBOS, P. H. . Petrópolis, Esboço de Geografia Urbana - II (continuação). In: Boletim Geográfico 38. Rio de Janeiro: IBGE, Maio de 1946. pp. 133-146.
- BECKER, Bertha, EGLER, Cláudio. Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 286p.
- BRASIL, IBGE - Grupo de Trabalho do DEGEO - IBG. Áreas de Pesquisa para Determinação de Áreas Metropolitanas. In: Revista Brasileira de Geografia, Ano 31, nº 4. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. pp. 53 - 127.
- BRASIL, Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. V. 32: Folhas SF23/24 - Rio de Janeiro/Vitória. Cap. 4: Vegetação. pp. 553 - 623.
- BUNBURY, Charles James Fox. Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835). Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981. 123 p.
- CAMARGO, José Márcio. *Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Ambiental*. In: Rúbio, A. et al.: Reflexão Cristã Sobre o Meio Ambiente. pp. 139 - 147. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. Capítulos de História Colonial. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1988. 297 p.
- CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980. 206p.
- CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Anuário Estatístico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CIDE, ano I (1987/ ) V.14, 1997, 389p.
- COARACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1988. 404p.

- DRM/RJ – Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro. Carta Geológica do Estado do Rio de Janeiro. Folha Petrópolis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.
- DRUMMOND, José Augusto. Devastação e Preservação Ambiental: Os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997. 306p.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). Visões do Rio de Janeiro Colonial: Antologia de Textos, 1531 - 1800. Rio de Janeiro: EDUERJ: J. Olympio, 1999. 262p.
- FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé. Rio de Janeiro: FUNDREM, 1984. 227p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 454p.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2v. 994p.
- LUCCOCK, John [1820]. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1975. 435p.
- ODUM, Eugene Pleasants. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434p.
- POHL, Johann Emanuel [1832]. Viagem no Interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1976. 417p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 367p.
- RUGENDAS, Johan Moritz. Viagem Pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 166p.
- SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friederich Philipp von [1823]. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. V. 1. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981. 262p.
- SYDENSTRICKER, Iara. Guia Sócio-Econômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993, V. 1: Região Metropolitana. Magé. pp. 83-87.
- VICENTE DO SALVADOR, Frei. História do Brasil 1500-1627. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982. 437p.